

RELEMBRANDO JOSÉ LOUREIRO ASCENÇÃO FERNANDES, UM SEMEADOR

Igor Chmyz*

Sobre o homenageado tive a oportunidade de me manifestar recentemente. Convidado pelo prof. Antônio Garcia, que organizava o livro *Dr. Loureiro Fernandes, Médico e Cientista*, elaborei o artigo intitulado “José Loureiro Fernandes e a arqueologia brasileira”. O livro foi publicado em 2000 e teve uma segunda edição no mesmo ano.

Como salientei na ocasião, o artigo procurou traçar a trajetória do prof. Loureiro Fernandes no campo da Arqueologia, tendo como bases principais o Círculo de Estudos Bandeirantes, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, o Museu Paranaense e a Universidade Federal do Paraná. Procurou-se destacar, ainda, a sua luta para a proteção do patrimônio arqueológico.

Apesar dos quase 20 anos de convivência, confesso que senti alguma dificuldade para alinhar a sua trajetória e expô-lo seu legado. Além de recorrer à memória, necessitava de referenciais concretos para embasar a empreitada. A literatura produzida por Loureiro Fernandes não foi encontrada reunida em nenhuma das instituições que criou ou freqüentou. Os 54 títulos agora mantidos na biblioteca do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná - CEPA/UFPR, tratando de sítios arqueológicos, índios, museus, história, geografia e folclore foram garimpados nas várias bibliotecas especializadas da Universidade Federal do Paraná, Museu Paranaense, Círculo de Estudos Bandeirantes e Biblioteca Pública do Paraná, assim como em bibliotecas particulares.

A produção mais instigante de Loureiro Fernandes, porém, embora fragmentada, está contida nos inúmeros ofícios, cartas, relatórios, discursos, entrevistas concedidas a periódicos, palestras e artigos não publicados, arquivados em diversas instituições. Essa dispersão documental, que dificulta a pesquisa e a coleta de dados evidencia, por outro lado, o seu dinamismo e interação com os locais freqüentados.

* Professor do Departamento de Antropologia e diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFPR.

A produção arquivada é a que expressa com mais clareza o seu pensamento, seus projetos e anseios e, que documentam os embates travados em prol dos seus ideais. Muitos desses documentos retratam as frustrações que o levaram a interromper bruscamente um empreendimento perseguido com denodada dedicação. A análise dessa documentação ainda está por ser feita.

Para prestar este depoimento, pincei acontecimentos e impressões decorrentes da rica convivência que tive com o homenageado. Não consegui rememorá-los de forma seqüencial, pois são muitos e variados os enfoques; para que alguns deles pudessem ser melhor entendidos tornou-se necessário um detalhamento, o que ocasionou a inevitável descontinuidade.

Quando conheci o prof. Loureiro, em 1959, ignorava o alcance da sua obra. Eu já havia visitado o Museu Paranaense da rua Buenos Aires, nº 200, levado de bonde por minha mãe, quando em férias em Curitiba e, mais tarde, quando cursava o Científico no Colégio Estadual do Paraná. Talvez, em algumas dessas ocasiões, tivesse com ele cruzado nas salas de exposições, no pátio, ou nas escadarias do antigo casarão do Cel. Manuel Macedo.

Em 1959, entretanto, quando naquela Casa fui recebido pelo prof. Oldemar Blasi, comecei a me inteirar das intensas atividades arqueológicas incentivadas pelo prof. Loureiro. Fiquei sabendo que um curso coordenado pelo arqueólogo norte-americano Wesley R. Hurt estava em andamento e que outro, prelecionado pela arqueóloga Annette Laming, estava iniciando. Eram cursos de pós-graduação organizados pelo CEPA, órgão por ele criado, em 1956, na UFPR.

As práticas de laboratório dos cursos transcorriam nas instalações do Museu Paranaense. Por isso conheci, na ocasião, além dos arqueólogos citados, Margarida Davina Andreatta, Maria José Menezes, José Wilson Rauth, Maria da Conceição de Moraes Coutinho e Waldemiro Bley Júnior, alunos dos cursos.

Ouvi, também, referências aos arqueólogos Adam Orssich, Elfriede Stadler Orssich, Joseph Empeaire e Louis Pierre Neuville, que trabalharam na Universidade por iniciativa do prof. Loureiro. Não cheguei a conhecê-los mas, da sua produção, me inteirei posteriormente. O prof. Empeaire havia morrido, em 1958, durante escavações na Patagônia Chilena. O prof. Neuville teve uma atuação passageira e uma relação política tumultuada com o prof. Empeaire, exigindo enérgica interferência do prof. Loureiro.

Eu havia me aproximado do Museu Paranaense porque, rompendo com o projeto familiar de seguir a carreira médica, resolvera abraçar a arqueológica. Por outro lado, desejava conversar com alguém

sobre as coleções de peças arqueológicas reunidas em 1955 no abrigo-sob-rocha Casa de Pedra, em União da Vitória, minha cidade natal e, em 1958, entre as ruínas de Ciudad Real del Guayrá, uma vila espanhola fundada em 1557, na margem do rio Paraná.

Meu interesse pela arqueologia vinha desde a infância e havia sido despertado pelos livros que lia na Biblioteca Municipal. Mais tarde, passei a freqüentar as bibliotecas que existiam no Ginásio São José, em Porto União e, no Colégio Estadual Túlio de França. Possuía, inclusive, os célebres *Deuses, túmulos e sábios*, de C. W. Ceram e *A Bíblia tinha razão*, de W. Keller. Eram meus livros de cabeceira.

Permaneci no Museu Paranaense executando voluntariamente algumas tarefas orientadas pelo prof. Blasi, como limpeza, marcação e restauração de peças e, produzindo ilustrações para as suas publicações. No mesmo ano de 1959 acompanhei o prof. Blasi nas pesquisas que o CEPA estava patrocinando nas ruínas de *Villa Rica del Espíritu Santo*. Este estabelecimento espanhol fôra implantado em 1570, no médio rio Ivaí. Ao prof. Blasi devo a minha iniciação científica.

No ano seguinte fui convidado pelo prof. Loureiro para permanecer nas dependências administrativas do CEPA, situadas no 6º andar do Edifício D. Pedro I, onde hoje funciona a Secretaria do Departamento de História. Conheci as modernas instalações do Departamento de Antropologia, por ele fundado em 1958, no ano da inauguração do prédio.

Comentava-se que, para a sua edificação, fôra utilizado um projeto arquitetônico já implantado em outra universidade federal. Significaria o aproveitamento de um projeto existente para aplicação de uma verba disponível e que não poderia esperar o desenvolvimento de outro. O fato é que, em 1969, ao proferir uma conferência junto ao Seminário de Tropicologia dirigido por Gilberto Freyre conheci, em Recife, um prédio semelhante ao nosso D. Pedro I. Passei a entender porque ele é tão frio!

Admirei-me com os gabinetes dos professores, com as bibliotecas especializadas e o Seminário Departamental, um anfiteatro com tela para projeções cinematográficas, que surgia assim que dois quadros-negros eram abaixados, projetor de cinema sonoro, de diapositivo, epidiascópio, gravador de fita, mapoteca situada nos armários laterais embutidos e dispositivos para a sua exposição aos lados da tela. Em um dos cantos da frente da sala, um esqueleto humano estava disposto articulado e protegido por armário envidraçado. Tudo à mão para ilustrar uma aula ou palestra.

Na área central do Departamento havia uma ampla sala, que era utilizada para as exposições temporárias, por ocasião do "Dia do

Índio” e da “Declaração dos Direitos Humanos”. Em uma das paredes desse salão o prof. Loureiro mandou instalar um gigantesco painel de vidro. Nele, um Mapa Mundi foi desenhado e, durante muito tempo, o artista plástico Christoph assinalou as línguas conhecidas, conforme a classificação de Cestmir Loukotka.



Figura 1. Visita do presidente Juscelino Kubitschek às dependências do Departamento de Antropologia por ocasião da inauguração dos prédios da Reitoria e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPR, em 17 de outubro de 1958. No centro, em animada conversa com o presidente, figura o prof. Loureiro. Logo atrás, estão o governador Moysés Lupion e o reitor Flávio Suplicy de Lacerda (Fonte: SIPR. Arquivo do CEPA/UFPR). Durante o governo Kubitschek o prof. Loureiro, designado por Portaria do Ministério dos Negócios da Agricultura, integrou a comissão especial que elaborou a minuta do projeto de lei destinado à proteção do patrimônio pré-histórico e arqueológico nacional. A lei nº 3.924 resultante, foi promulgada em 1961, pelo presidente Jânio Quadros.

O projeto original do painel, que deveria ser executado em 1958 por Rodolpho Doubek, previa um suporte de madeira compensada. No evoluir das idéias, o suporte acabou sendo de vidro. Permitiria, essa solução, o destaque das famílias lingüísticas através de iluminação por *spots* instalados entre o painel e a parede.

O cartógrafo Doubek confeccionou vários painéis para o Departamento de Antropologia e para o futuro Museu de Arqueologia e

Artes Populares; para o CEPA produziu dois, localizando os principais sítios arqueológicos no Paraná e Brasil em 1961. Estes ainda cumprem a sua função na instituição.

As exposições antropológicas eram alimentadas, principalmente, com as peças reunidas durante as pesquisas realizadas pela Cátedra, desde a fundação do Instituto de Pesquisas na Faculdade de Filosofia e também com algumas do Museu Paranaense, do período em que o prof. Loureiro atuou na sua reorganização. O enriquecimento das coleções etnográficas deveu-se, também, ao cinegrafista Vladimir Kozák que, articulado pelo prof. Loureiro, realizava viagens à Amazônia.



Figura 2. Exposições temporárias eram organizadas pelo prof. Loureiro, no Departamento de Antropologia por ocasião do “Dia do Índio” e da “Declaração dos Direitos Humanos”. O detalhe apresentado refere-se à exposição franqueada ao público em 19 de Abril de 1960, tendo como tema “Os índios e suas línguas”. No canto superior direito, figura parcialmente o painel de vidro assinalando as línguas faladas no Mundo (Arquivo do CEPA/UFPR).

As exposições eram freqüentadas por alunos da casa e das escolas da região Metropolitana.

Outra sala que chamava a atenção era a que recebeu tratamento acústico e destinava-se às pesquisas de etnomusicologia e lingüística. Era conhecida como “Câmara de Som”. A sua construção



Teve lugar, ontem no Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, solenidade alusiva ao "Dia do Índio", comemorado naquela data. Como em todos os anos, aquele departamento leva a efeito exposição em comemoração à data e, neste, a exposição teve como motivo "Adornos Indígenas". Da exposição consta trabalhos de confecção indígena, muitos usados pelos mesmos quan-

do da realização de festas, como cocaras, braceletes, cclares e outros. A exposição de grande interesse folclórico foi muito visitada, comparecendo a inauguração entre outras as seguintes pessoas: Vice-Reitor em exercício, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UP, personalidades da indústria e comércio locais, direção da Associação Comercial do Paraná e Federação de Associações Comerciais, professores e grande número de alunos.

Figura 3. O prof. Loureiro recorria, frequentemente, à mídia para difundir os resultados de pesquisas ou outros acontecimentos nos campos da Antropologia e Arqueologia. A nota veiculada pela Gazeta do Povo, em 20 de Abril de 1963, trata da exposição sobre "Adornos indígenas", no Departamento de Antropologia. Na reprodução, entre outros aparecem, à direita do prof. Loureiro, as professoras Pórcia Guimarães Alves, Jungle Maria Pimentel Daniel, Eny Maranhão, Marília Duarte Nunes, esta sua colaboradora nas exposições do Museu Paranaense, Departamento de Antropologia e Museu de Arqueologia e Artes Populares e Cecília Maria Vieira Helm (Fonte: Gazeta do Povo, 20 abril de 1963, Arquivo do CEPA/UFPR).

foi orientada pelo prof. Aryon Dall'Igna Rodrigues. Nela foram estudados a língua, contos e cantos dos índios Xetá, registrados em rolos de arame de aço com um gravador de corda.

Havia, ainda, a sala do café, que era, na verdade, a oficina de apoio às exposições. Nessa sala, por alguns momentos da manhã e da tarde, todos se reuniam para uma conversa descontraída. Nessas ocasiões o prof. Loureiro costumava relatar episódios inusitados de suas pesquisas e da sua vivência política, inclusive na Universidade. Havia sempre tempo para uma rápida piada, indefectivelmente acompanhada por suas sonoras gargalhadas.

Ao lado da sala do café existia outra que, além das instalações sanitárias, possuía chuveiros. Estes eram utilizados por pesquisadores quando retornavam do campo e precisavam, em seguida, proferir aulas.

O gabinete do prof. Loureiro era o primeiro à esquerda, na entrada do departamento. Nele havia uma mesa com sua cadeira e outra para visitante e, um sofá. Em um armário embutido que cobria toda a parede de trás, estavam guardados em caixas de madeira, crânios e ossos humanos de várias procedências. Uma biblioteca e arquivos completavam o mobiliário da sala. Muitos dos livros existentes na biblioteca eram seus e, para evitar futuros dissabores, traziam um carimbo que esclarecia: "Livro depositado pelo Dr. Loureiro".

Mantinha no seu gabinete a maleta de médico; apesar de não mais clinicar, ali atendia os seus já poucos antigos pacientes. Costumava, também, orientar pessoas do Prédio que o procuravam com sintomas de doenças para tratamentos especializados. Chegou a prestar os primeiros socorros a professores acometidos de mal súbito.

O Departamento tinha um só telefone instalado ao lado da sala de café. Para agilizar o seu uso pelos vários professores e funcionários, ao seu lado mandou instalar campainhas que, por meio de códigos, alertavam a pessoa solicitada. No seu gabinete, outra campainha servia para convocar o secretário.

Fora do espaço do Departamento ficava o Gabinete de Lingüística, ocupado pelo prof. Aryon; situava-se no 3º andar do prédio. Em 1963, o ensino da Língua Tupi foi retirado do Departamento porque, nas palavras do prof. Loureiro, "**nem a direção da Faculdade de Filosofia nem a reitoria da Universidade entenderam a sua relação com a antropologia**". Em conseqüência, o prof. Aryon mudou-se para a Universidade de Brasília.

Tudo isso deixou de existir ou foi modificado, face às novas necessidades ou enfoques do departamento. O painel de vidro, por exemplo, que nunca foi concluído, acabou quebrado acidentalmente.

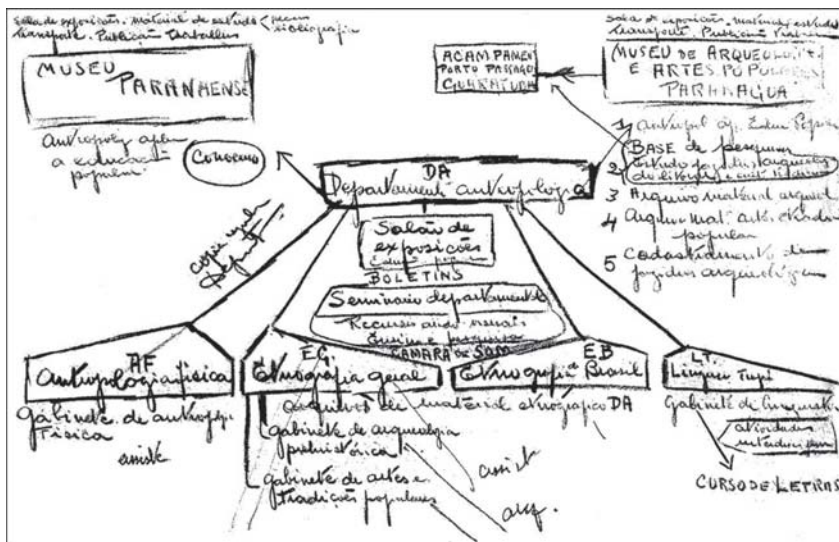


Figura 4. Organograma do Departamento de Antropologia elaborado pelo prof. Loureiro no início da década de 1960. Foi rascunhado a lápis, nas cores vermelha e azul, no verso de uma folha de papel jornal que traz, no anverso, os títulos para as palestras da profa. Annette L. Emperaire: 1º “Comunicação dos resultados das escavações arqueológicas realizadas nos meses de julho, agosto e setembro de 1962” (título definitivo a ser resolvido); 2º “Pinturas rupestres pré-históricas da França e Espanha” (ilustrada com diapositivos). Uma nota informa que “a equipe retornará de Manoel Ribas no dia 24 do corrente mês, e permanecerá em Curitiba até o dia 29 do mesmo”. Tratava-se de um cartaz convocando interessados para palestras da arqueóloga Annette Laming-Emperaire, com dados de primeira mão no caso de Manoel Ribas (gruta do Wobeto). Na época da execução do Organograma, o Museu Paranaense ainda estava sob mandato da UFPR e ele o vinculava ao Departamento como uma estrutura possuidora de salas de exposições, material de estudo (peças e bibliografia), meios de transporte e de publicação de trabalhos através do seu periódico. Ligava-o, também, ao Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, pelos mesmos motivos. O Museu de Paranaguá, por sua vez, aparece interligado ao que ele chamava de “Acampamento Porto de Passagem”, um posto avançado que estava instalando na margem da baía de Guaratuba, com barcos motorizados e infra-estrutura básica para a pesquisa em sítios arqueológicos e, à ligada às culturas tradicionais. Entendia os dois museus como veículos da antropologia aplicada à educação popular.

Ao Departamento estavam relacionados, ainda, o Salão de Exposições (para educação popular), os Boletins (para a divulgação da produção científica), o Seminário Departamental (com seus recursos audio-

Passei a ajudar na montagem das exposições temporárias do Departamento e na permanente do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, outra casa criada por Loureiro Fernandes no âmbito da Universidade. Por essas tarefas recebia remuneração, o que possibilitou a minha sobrevivência e a dedicação ao estudo e às pesquisas.

Para a montagem das exposições no Museu de Paranaguá utilizávamos os finais de semana, já que os chamados dias úteis eram ocupados com as outras tarefas em Curitiba. Quase todos os integrantes do Departamento e do CEPA estavam engajados a esse projeto. Juntamente com o prof. Loureiro, viajávamos em carro da Universidade e, no Museu, cada um cuidava de sua área. O almoço transcorria no antigo Mercado Municipal, cujas mesas, a seu pedido, eram arrumadas para acomodar toda a equipe. Trabalhava-se para, conforme a sua concepção, implantar um **“roteiro de técnicas, partindo das técnicas pré-históricas de lascamento de lítico, focalizando a sua sobrevivência e a existência de outras próprias nas comunidades indígenas brasileiras para, por fim, atingir a tecnologia popular da era pré-industrial”**.

O prof. Loureiro permitiu que eu assistisse as últimas aulas do Wesley R. Hurt e as de outros cursos do CEPA, mesmo antes de iniciar o meu curso de graduação ou de concluí-lo, em 1963. Neste ano eu o ajudava, como monitor, nas disciplinas de Arqueologia Pré-Histórica e Etnografia do Brasil. Em 1964, por sua indicação, assumi essas disciplinas como instrutor voluntário.

A minha vida estudantil transcorreu em um período de política conturbada. Frequentei, a partir de 1960, o Curso de Geografia e História nesta Universidade; fiz o bacharelado e a licenciatura. A minha turma foi a última reunindo as duas áreas. As seguintes tiveram de optar por Geografia ou História. Para a profissão que abracei obtive, no regime antigo, uma base mais sólida.

Ao iniciá-lo, o país ainda era governado por Juscelino Kubitschek. Em janeiro de 1961, assumiu o presidente Jânio Quadros, que renunciou em agosto do mesmo ano. No mês seguinte, o vice-presidente João Goulart passou a governar, mas com poderes

visuais), a Câmara de Som (para o ensino e pesquisa) e, os setores de Antropologia Física, Etnografia Geral, Etnografia do Brasil e Língua Tupi. Cada setor possuía gabinetes com instrumentais, bibliotecas especializadas, acervos e arquivos. Ao Setor de Etnografia Geral, ligou o Gabinete de Artes e Tradições Populares e o Gabinete de Arqueologia Pré-Histórica, que incorporou a disciplina de Arqueologia Pré-Histórica mantida pelo CEPA/UFPR até 1959 (Arquivo do CEPA/UFPR).

limitados devido à implantação do parlamentarismo. No início de 1963, com o fim do parlamentarismo, João Goulart adquiriu poderes plenos como presidente. Entre março e abril de 1964 aconteceu o golpe intitulado “civil-militar”, que perdurou por mais de duas décadas, caracterizando-se como um regime autoritário.

Essa situação refletia-se no ambiente estudantil e no de todas as categorias funcionais da Universidade. Aconteceram muitas passeatas, greves e hostilidades por parte de alunos contra professores tidos como autoritários. Meu primeiro ano como graduado coincidiu, portanto, com a implantação da ditadura. Nunca fui atingido diretamente por esse regime porque nunca tive tempo para me envolver com a política partidária, mas, tendo como estagiários alunos e ex-alunos que atuavam politicamente na oposição, fui várias vezes alertado para a possibilidade de existirem pontos de escuta nas dependências do CEPA.

Em 1968, quando foi destruído o busto do reitor Flávio Suplicy de Lacerda no pátio da Reitoria, ao me deter para observar o estrago, fui advertido por funcionários que, de uma casa situada em frente, uma equipe do DOPS estava fotografando pessoas que se aproximavam do busto, especialmente as expressões que exteriorizavam.

Lembrei-me que, após a ereção do monumento, o prof. Loureiro havia comentado para o homenageado que **“não dava certo ser estátua em vida”**.

Em 1970, durante pesquisas arqueológicas, tivemos o acampamento instalado na confluência do rio Pirapó com o rio Paranapanema vistoriado por agentes federais. Pessoas de Jardim Olinda, uma cidade do outro lado do rio Pirapó, intrigadas com as luzes noturnas do acampamento, denunciaram a existência de uma possível “célula comunista”.

Quando, em 1975, implantou-se o Projeto Arqueológico Itaipu para o salvamento de sítios que seriam afetados pela formação do reservatório da UHE Itaipu, fui convocado pelo reitor Theodócio Atherino para prestar esclarecimentos. As minhas explicações ao reitor e a um coronel do DOPS devem tê-los convencido do caráter puramente científico da atividade, pois não fui mais importunado.

O prof. Loureiro era considerado muito rigoroso pelos seus alunos. Todos sabíamos que, antes de sermos admitidos na sala de aula em dia de prova, teríamos que passar por um “vestibular”: esperaríamos no corredor e, cada um, na porta entreaberta, deveria responder a uma pergunta aleatória que ele fazia sobre o programa. A resposta errada significava impedimento e a necessidade de mais estudo para a próxima data de prova.

Para as aulas, costumava esquematizar o assunto a ser desenvolvido, utilizando um ou ambos os quadros; serviam-lhe de base as fichas que mantinha arquivadas no seu gabinete. Nós copiávamos o esquema e depois, à medida em que o prof. Loureiro discorria, complementávamos as anotações. As aulas eram geralmente teatralizadas, pois ele gostava de demonstrar o funcionamento de artefatos arqueológicos e etnográficos. Foi espetacular, por exemplo, uma encenação que fez do uso da zarabatana desferindo a seta, com forte sopro, contra a cortina da sala.

Tendo continuado as pesquisas na área do abrigo-sob-rocha de União da Vitória, o prof. Loureiro organizou em 1962, um seminário no Círculo de Estudos Bandeirantes para que eu apresentasse os resultados. O evento aconteceu no auditório daquela Casa e contou com a presença dos meus professores do Departamento de Antropologia e, também, das minhas professoras Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana, do Departamento de História.

O que apresentei no seminário foi publicado em 1967, no periódico *Arqueologia* do CEPA.

Incentivado pelo prof. Loureiro, dei continuidade às pesquisas no espaço das ruínas de Ciudad Real del Guayrá e no médio rio Iguçu, ampliando o registro de sítios na área do abrigo-sob-rocha de União da Vitória. As primeiras constatações junto às ruínas foram publicadas em 1963, na *Revista de História*, um periódico do Centro Acadêmico de História da UFPR.

Os resultados da segunda pesquisa foram apresentados durante a VI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, em 1963, em São Paulo. Ao filiar-me à Associação, o prof. Loureiro apresentou-me ao prof. Herbert Baldus, organizador do evento e, aos professores Harald Schultz, Egon Schaden, Eduardo Galvão e outros que conduziam a antropologia brasileira. Os professores Fernando Altenfelder Silva, Luiz de Castro Faria e Peter Hilbert lá presentes, eu já conhecera durante os cursos do CEPA.

A minha comunicação foi publicada no mesmo ano na *Revista do Museu Paulista*. Algum tempo depois, o prof. Loureiro chamou-me no seu gabinete e mostrou uma carta que havia recebido do prof. Castro Faria. Nela, havia uma crítica a algumas das conclusões do trabalho publicado. Como o meu estudo abrangia uma área ampla, ao contrário das abordagens pontuais que comumente eram praticadas e, tendo à disposição traços arqueológicos provenientes de vários sítios, havia esboçado uma periodização constituída por fases. Depois de me escutar, o prof. Loureiro disse que estava apenas me dando ciência do comentário e que não via nenhuma heresia no que eu escrevera.



Figura 5. Visita às escavações no Sambaqui de Maratuá, litoral de São Paulo, 1954. Esse sítio estava sendo estudado pelo arqueólogo francês Joseph Empeaire, por indicação do americanista Paul Rivet ao prof. Paulo Duarte, do Instituto de Pré-História e Etnologia de São Paulo. Nessa ocasião, lá estavam os pesquisadores citados, além dos que aparecem ao lado do prof. Loureiro (Arquivo do CEPA/UFPR).

Era costume do prof. Loureiro visitar sítios arqueológicos que estavam sendo pesquisados. Inteirava-se, assim, dos resultados das escavações e tomava conhecimento dos problemas de ordem logística que pudessem estar ocorrendo, para saná-los. Manteve essa prática até 1973, apesar de já ter limitações para se locomover. Neste ano, visitou as escavações no Sambaqui do Centenário, o sítio usado como escola, em Paranaguá, durante o Curso sobre Técnicas Arqueológicas Aplicáveis a Sítios Pré-cerâmicos, coordenado pela arqueóloga francesa Annete Laming-Empeaire.

Graças a sua intercessão, as pesquisas que eu desenvolvia eram subvencionadas pelo CEPA e, para a minha locomoção, eram disponibilizadas viaturas da Universidade.

A ocupação do prédio conhecido como da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pelos vários departamentos não foi tranqüila, ocasionando atritos entre alguns dos catedráticos. O prof. Loureiro sempre se posicionou contra a verticalidade da estrutura, uma vez que a considerava contra-indicada para uso escolar. Mesmo assim, pretendia assumir um andar do edifício; acabou instalando o seu departamento na ala norte do 6º andar. Assenhoreou-se, porém, de uma sala na ala sul, para o CEPA. Essa ala estava destinada para o Departamento de História. Acontece que o Centro, derivado da Seção de Arqueologia, continuava vinculado ao Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia; não pertencendo ao Departamento de Antropologia, essa ocupação, para ele, não caracterizava uma intrusão.

As instalações administrativas do CEPA comportavam, também, a biblioteca especializada. Como o Museu Paranaense não era mais utilizado para as análises laboratoriais, estas passaram a ser desenvolvidas



Figura 6. Entre os participantes do Primeiro Simpósio de Pré-História junto à XIX Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em julho de 1967, no Rio de Janeiro, coordenado por Paulo Duarte, o prof. Loureiro aparece na primeira fila de cadeiras, como era seu costume. Logo atrás, está o prof. Fernando Altenfelder Silva, conselheiro do CEPA/UFPR em 1956 e coordenador de pesquisas arqueológicas no Paraná e, à sua esquerda, a profa. Maria Júlia Pourchet, uma pesquisadora que atuou com o prof. Loureiro desde 1955 (Fonte: DUARTE, Paulo. *Pré-História Brasileira*. São Paulo: Instituto de Pré-História, 1968, p. 2).

no próprio espaço da administração. As que envolviam material cerâmico ocasionavam o desprendimento de muita poeira, comprometendo as máquinas de datilografia e, principalmente, a biblioteca. Ao comunicar, em 1968, o fato à direção da Casa, na época sob a responsabilidade do prof. Homero Batista de Barros sugeri, como medida paliativa, a transferência da biblioteca e administração para um espaço situado entre a sala em questão e a parede dos elevadores destinados a professores, que teria de ser adaptado com paredes pré-fabricadas.



Figura 7. Nas antigas dependências do CEPA foram prestadas homenagens a destacados americanistas, entre as quais, em 4 de janeiro de 1963, ao arqueólogo espanhol Pedro Bosh Gimpera. Para essas cerimônias, eram convidados alunos, professores e autoridades da universidade. Entre os participantes da homenagem ao prof. Bosh Gimpera captados nesta foto figuram, à direita do prof. Loureiro, os professores Flávio Suplicy de Lacerda (reitor da Universidade Federal do Paraná), Liguarú Espírito Santo, Homero Batista de Barros (diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), Oldemar Blasi, Maria de Lourdes Lemos Muniz, Maria José Menezes e Igor Chmyz (Arquivo do CEPA/UFPR).

O prof. Bosh Gimpera que em 1963 comemorava o seu 70º aniversário, proferiu na Universidade do Paraná, em 1961, três conferências sobre A pré-história e o povoamento da América, O povoamento dos Indo-Europeus e Os monumentos de uma etapa da vida egípcia ameaçados de desaparecer.

Em 1964 o prof. Loureiro organizou nova cerimônia, desta vez homenageando o pré-historiador francês Paul Rivet.

Alegando que tal adaptação feriria a estética do prédio ofereceu, como solução, as instalações ociosas existentes na sua cobertura. Tratava-se de um espaço amplo, compartimentado conforme um projeto do pe. Jesus Moure. Nunca fôra utilizado porque, conforme explicou o diretor, estando tão isolado ensejaria comentários desairosos aos eventuais ocupantes. Nele o CEPA se instalou e, o seu antigo espaço foi incorporado ao Departamento de História, pondo fim a um litígio de origem.

Hoje vemos, em quase todos os andares do prédio, adaptações equivalentes ao da alternativa apresentada para a expansão do CEPA, algumas utilizadas até como salas de aula.

Quando o CEPA ocupou a cobertura do prédio o prof. Loureiro não era mais o seu diretor. Alegando excesso de trabalho, especialmente junto ao Museu de Paranaguá, dele afastou-se em 1966. Na verdade, tal atitude foi em consequência da forma como se estruturou o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA. Esse Programa surgiu no ano anterior e foi desenvolvido pela maioria dos integrantes do Seminário de Ensino e Pesquisa em Sítios Cerâmicos, curso por ele organizado em 1964 e que foi coordenado por Clifford Evans e Betty J. Meggers, arqueólogos do Smithsonian Institution de Washington, D.C. Desde 1955 o prof. Loureiro tentava, persistentemente, realizá-lo. Os seus participantes eram oriundos de vários estados brasileiros e, no seu transcurso, surgiu a idéia da execução de uma pesquisa integrada. O Programa, iniciado em 1965, foi financiado pela instituição norte-americana e o Conselho Nacional de Pesquisas, tendo como coordenadores científicos os arqueólogos daquela instituição e, como coordenador técnico, um arqueólogo do Museu Paraense Emílio Goeldi, uma entidade jurisdicionada pelo CNPq. O arqueólogo do Museu Goeldi havia participado do curso de 1964.

O CNPq atribuiu ao Museu Goeldi a função de publicar a produção científica do Programa. O prof. Loureiro não concordou com essa solução, interpretando-a como um desprestígio aos seus esforços em prol da arqueologia brasileira. No seu entender, a coordenação técnica do Programa deveria ter sido atribuída ao Centro.

Para a implantação do CEPA, em 1956, o prof. Loureiro havia contado com a inteira colaboração do CNPq. Os instrumentos básicos para as aulas de campo e laboratório foram adquiridos com verba do Conselho, assim como, em parte, o financiamento das pesquisas de campo. Da então Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, ele conseguia quotas de bolsas para os alunos dos cursos e auxílios para os arqueólogos visitantes.

Embora para o curso de 1964 o CNPq não tivesse contribuído, uma vez que a sua execução deveu-se à própria Universidade do Paraná, CAPES e Smithsonian Institution, ao se estruturar o Programa, o Conselho concedeu bolsas de pesquisa a alguns de seus participantes.

Esse episódio, que lhe causou desilusão no campo da arqueologia, também teve desdobramento na questão da proteção de sítios. Esta era uma de suas preocupações permanentes. Desde a época em que atuava no Museu Paranaense procurava, dentro das suas possibilidades, coibir a ação vandálica de indivíduos ou grupos que danificavam sítios arqueológicos. A Diretoria de Obras e Viação do Estado do Paraná, atual Departamento de Estradas de Rodagem, utilizava largamente conchas dos sambaquis para a pavimentação de estradas. Teve atritos com o colecionador Guilherme Tiburtius, porque este, embora coletasse peças em sítios perturbados, desmontava os intactos, inclusive o Sambaqui de Matinhos, sítio que o prof. Loureiro escavava nos finais de semana, na década de 1940. Em 1951, graças à sua iniciativa, o Paraná teve a primeira legislação protetora no tocante aos sambaquis; o Decreto nº 1.346 a respeito, foi promulgado pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Ao prof. Loureiro devemos, também, a Lei nº 33, assinada em 1948 pelo governador Moysés Lupion, que protegia as ruínas das vilas espanholas e reduções jesuíticas do Estado.

Com a edição da Lei nº 3.924/61, a de proteção dos sítios arqueológicos no território brasileiro, que ajudara a estruturar na década anterior, o prof. Loureiro passou a colaborar com a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, capitaneada por Rodrigo Mello Franco de Andrade. Tornou-se, a partir de 1964, o seu delegado para os assuntos de arqueologia no Paraná. Eu o auxiliava diretamente nessa tarefa, atendendo as denúncias de destruição de sítios em várias partes do Estado. Assim, o CEPA começou a ampliar o registro de ocorrências; hoje, no seu fichário, existem dados referentes a mais de 2.000 sítios cadastrados.

Os atendimentos mais comuns relacionavam-se a sambaquis. Os detentores de direito de lavra, concedidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral anteriormente à lei federal e mesmo ao disposto no Decreto Estadual nº 1.346/51, insistiam em continuar o seu desmonte comercial. Por sua determinação, já em 1962, realizei perícias em sambaquis que se encontravam nessa situação. As intervenções mais importantes aconteceram no Sambaqui da Ilha das Pedras, na baía de Paranaguá e no Sambaqui do Rio Boguaçu, na baía de Guaratuba. No primeiro caso, o explorador alegava ter investido



Figura 8. Valorizando as artes e tradições populares, o prof. Loureiro valia-se de eventos especiais para demonstrá-las. No presente caso, o casal Gabriela e Loureiro Fernandes oferece aos participantes do Seminário de Ensino e Pesquisa em Sítios Cerâmicos, coordenado pelos arqueólogos norte-americanos Clifford Evans e Betty J. Meggers em 1964, uma típica refeição do litoral do Paraná. A abertura das panelas de barreado foi acompanhada pela soltura de rojões na frente de sua casa, em Caiobá. Apesar dos refrigerantes e cervejas na mesa, elementos estranhos ao prato, havia cachaça de Morretes para os que desejassem manter a tradição. Atrás da panela que acabara de ter o seu lacre de farinha de mandioca retirado, estão os professores Evans e Loureiro e, à direita deste, a sra. Luísa, a preparadora do barreado e os professores Nássaro A. Souza Nasser (UFRN) e Walter F. Piazza (UFSC). O prof. Valentín Calderón (UFBA) aparece no lado direito da foto (Arquivo do CEPA/UFPR).

em benfeitorias no local, o que não se comprovou; no segundo, havia o interesse da Prefeitura Municipal em utilizar o material conchífero do sítio para o revestimento de ruas na cidade.

O incidente mais grave foi o que envolveu o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER). Esse órgão, em outras ocasiões, havia utilizado conchas removidas por arqueólogos durante as escavações científicas. Em 1963, ao DER foi permitida a remoção de conchas acumuladas naquelas condições em 1962. Depois, inadvertidamente, os operários passaram a retirá-las do sítio intacto. A rapidez do desmonte era tanta, que foi preciso demolir uma ponte de

acesso até que, em Curitiba, o prof. Loureiro conseguisse sustar a atividade ilegal junto à direção daquele órgão.

Em 1968 o prof. Loureiro deixou de ser o delegado do Patrimônio Histórico. À sua desilusão com a pesquisa arqueológica, motivada pela estruturação do PRONAPA, somava-se o seu desencanto com a não regulamentação da Lei nº 3.924. Alegou, ao tomar essa atitude, a necessidade de se concentrar no Museu de Paranaguá.

Acredito, entretanto, que a maior frustração do prof. Loureiro foi com relação ao assunto Xetá. Tendo realizado, na década de 1950, diversas pesquisas entre aqueles índios no noroeste do Paraná, cujos resultados tiveram repercussão internacional, preocupou-se com a sua integridade face à destruição ambiental motivada pela expansão cafeeira. Pretendia criar uma unidade de conservação que lhes permitisse a sobrevivência. Tentou em vão sensibilizar políticos, autoridades governamentais e órgãos públicos, chegando a articular-se com pesquisadores e instituições de pesquisa do país e do exterior. Com o mesmo propósito, recorreu à mídia da época, na esperança de que o clamor popular obrigasse uma reversão do quadro.

Decepção não menos dolorosa para ele foi, certamente, a frustrada edificação da sede do Museu Paranaense. Emanado do seu Conselho Diretor, em princípios da década de 40, o plano de construção foi acatado pelo governador Manoel Ribas que, através do Decreto nº 1.993/44 reservou, para esse fim, o espaço situado ao lado da Praça Santos Andrade, defronte ao prédio histórico da Universidade do Paraná. Com a evolução do projeto inicial, tendo em vista a sua intenção de vincular o Museu ao ensino universitário, previu a construção de prédio contíguo para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1950, o governador Moysés Lupion encaminhou projeto de lei concedendo a pretendida faixa de terreno fronteira à rua XV de Novembro. O projeto, aprovado pela Assembléia Legislativa, foi vetado pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Ao relatar este fato, o prof. Loureiro sempre frisava que o veto acontecera fora do prazo legal. Atribuía ao seu colega dos tempos do Círculo de Estudos Bandeirantes e da Faculdade de Filosofia, o golpe de morte na iniciativa.

Hoje, no local idealizado pelo prof. Loureiro para acomodar o Museu, a Faculdade de Filosofia, a Reitoria e um teatro, temos o complexo do Teatro Guaíra, construído sobre a sua pedra fundamental.

Como o prof. Loureiro não tinha um horário fixo para o trabalho, após o expediente ficava sem o apoio de secretária para a datilografia de cartas e ofícios. Em várias ocasiões eu o auxiliei nesse particular. O difícil era acompanhar o seu manuscrito, cheio de palavras

abreviadas, geralmente feito em pedaços de papel ou, o que era pior, nos espaços disponíveis de envelopes usados e desmanchados.

Certas correspondências, as rotuladas como “confidenciais” pelo seu conteúdo contundente, ele as encaminhava manuscritas e com a recomendação de que fossem destruídas depois de lidas; paradoxalmente, porém, costumava manter arquivadas as cópias produzidas com auxílio de papel carbono.

Os vários órgãos que criou, ou aqueles nos quais atuava, foram por ele utilizados como “trincheiras” de luta. Em uma pasta que reúne a correspondência emitida em 1960, por exemplo, os ofícios são por ele assinados como Catedrático de Antropologia, Diretor do Departamento de Antropologia, Diretor do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas ou Diretor do Museu de Arqueologia e Artes Populares. Nela existem também cópias de ofícios que assinou como Presidente do Conselho Administrativo do Museu Paranaense e Presidente do Conselho Estadual do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. O detalhe é que os ofícios são numerados seqüencialmente, como se pertissem de uma só instituição.

O prof. Loureiro detestava a burocracia da Universidade e dos órgãos públicos em geral, pois sentia-se tolhido no seu modo rápido de agir. Sua indignação podia levá-lo a atitudes impensáveis nos dias atuais. Entre as várias confidências, narrou-me uma que foi confirmada mais tarde. Tendo recebido um cheque nominal do IBEEC, cuja seccional do Paraná dirigira por muito tempo, o prof. Loureiro foi comunicar o fato para o reitor. A quantia lhe fôra destinada para a instalação de uma biblioteca com obras da UNESCO na Faculdade de Filosofia. Ao ser informado que deveria contabilizar o cheque na Tesouraria da Universidade, sucedeu uma áspera discussão entre os dois, culminada com a destruição do cheque pelo prof. Loureiro. A contabilização do cheque recebido graças aos seus esforços e iniciativa significava, na sua ótica, a burocratização do processo.

Anos depois da sua morte, conversando com um professor aposentado da área médica sobre pesquisas arqueológicas que se estavam realizando na Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, em Paranaguá, o episódio acima me foi relatado nos mínimos detalhes. Ele estava no gabinete do reitor e assistiu, constrangido, o desenrolar dos acontecimentos.

Tendo sido indicado para receber o título de Professor Emérito, o prof. Loureiro o recusou porque não lhe deixaram claro o significado de tal honraria para a UFPR. No transcorrer de sua vida, o prof. Loureiro foi agraciado com vários prêmios e honrarias, como a Medalha do Mérito Indigenista, que lhe foi concedida, em 1975, pela Fundação

Nacional do Índio em reconhecimento pelos seus esforços à causa indígena. Postumamente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional conferiu-lhe a Medalha Rodrigo Mello Franco de Andrade na Área de Arqueologia e, a Sociedade de Arqueologia Brasileira instituiu o “Prêmio Loureiro Fernandes para o Estímulo de Ações Educativas”.

Lembro-me de dois episódios relacionados a painéis que o prof. Loureiro tinha planejado para as exposições do Museu de Paranaguá e que geraram muita discussão. Um deles, representando o cotidiano de um acampamento Xetá nas matas da Serra dos Dourados, foi pintado no início da década de 1960 pelo artista plástico Poty Lazzarotto. A discussão que se estabeleceu, foi com outros candidatos à sua confecção: Rodolpho Doubek e Vladimír Kozák. O prof. Loureiro optou por Poty porque os esboços apresentados lembravam as xilogravuras dos primeiros documentários dos índios brasileiros. Tive a oportunidade de acompanhar algumas etapas de execução da obra de Poty sobre a grande tela instalada na parede de uma das salas do Museu, pois, na véspera da sua inauguração, as montagens das exposições de arqueologia tiveram de ser aceleradas. Os esboços que levaram à execução do painel encontram-se depositados no CEPA.

Há alguns anos o painel do Poty, muito afetado pela umidade do prédio, foi mutilado e retirado da sala. A sua restauração aconteceu no início deste século, quando a profa. Cecília Maria Vieira Helm esteve na direção daquele Museu.

O planejamento do painel retratando as Cavalhadas de Guarapuava foi muito desgastante para o prof. Loureiro devido à incompreensão da reitoria da Universidade. O artista plástico Arthur Nisio, famoso pela sua habilidade de representar cavalos, foi por ele convidado para o empreendimento. Aceitando a tarefa, sem cobrar a mão de obra, como me foi dito pelo prof. Loureiro, pedia apenas que a Universidade lhe fornecesse o material necessário para pintar. O painel nunca foi executado.

De discussões entre o prof. Loureiro e o já mencionado Vladimír Kozák, também fui testemunha desde que passei a freqüentar a Casa. Algumas, porém, me foram relatadas por um e por outro, conforme as suas óticas. Depois do prof. Loureiro, o Kozák foi a pessoa com quem mais tive contato na Universidade. Apreciava o seu trabalho no Laboratório Cinematográfico instalado no 1º andar da Faculdade de Filosofia. Ali estavam arquivados todos os negativos fotográficos das pesquisas que ele documentava para o prof. Loureiro e de arqueologia para o CEPA, além dos filmes em 16mm que rodara sob a mesma

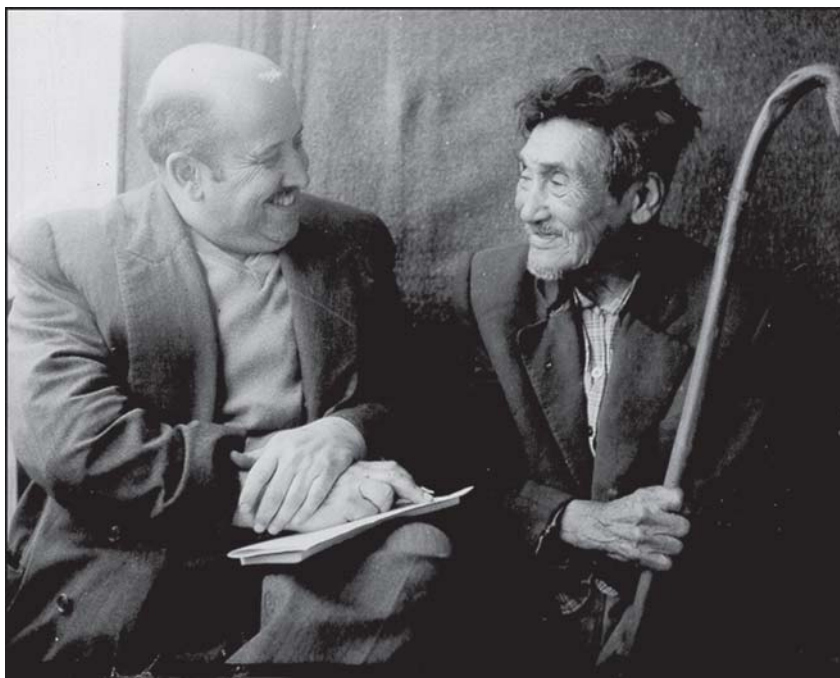


Figura 9. No final da década de 1930 o Museu Paranaense passou a desenvolver pesquisas multidisciplinares em vários pontos do Estado. No início da década seguinte, o prof. Loureiro juntamente com o cineasta João Batista Groff, o zoólogo pe. Jesus Moure e o lingüista Rosário Farani Mansur Guérios, realizaram trabalhos nas áreas dos toldos indígenas do Rio das Lontras e Palmeirinha, em Palmas. O Kaingáng Pedro Mendes (Kôikã), que aparece ao lado do prof. Loureiro, foi um dos transmissores do conhecimento indígena aos pesquisadores. Os resultados foram publicados nos primeiros volumes dos “Arquivos do Museu Paranaense”: Loureiro Fernandes, “Os Caingangues de Palmas”, em 1941 e Rosário Farani Mansur Guérios, “Estudos sobre a língua Caingangue”, em 1942 (Arquivo do CEPA/UFPR).

orientação. As fotos utilizadas neste depoimento, mostrando o prof. Loureiro entre os índios Xetá, são da autoria de Kozák. Na sua casa, no bairro do Boqueirão, que visitei algumas vezes, estava guardada, em latões hermeticamente fechados, a sua própria produção fotográfica e cinematográfica. Lá estavam, também, as suas pinturas e muitas peças etnográficas coletadas durante suas expedições pelo Brasil e, sua preciosa biblioteca.

Muitas das discussões eram devidas aos enfoques de cada um

com relação ao objeto de trabalho. O prof. Loureiro, como rigoroso etnógrafo, procurava entender e registrar as manifestações culturais como as encontrava. O Kozák, às vezes inconformado com o que deparava, procurava contribuir para, baseado em relatos, complementá-lo.

Em uma ocasião, no final de semana, antes de descermos a rampa do prédio, o Kozák pediu que o esperasse porque queria retirar da geladeira da cantina um pacote que havia guardado há dias. Era uma cobra cascavel recebida de conhecido do interior. Contou-me que combinara com índios para encenar, conforme o costume tribal, o preparo e o consumo do ofídio no fundo do seu quintal.

Costumava elaborar adereços e artefatos indígenas, também baseado em suas descrições, para com eles reviver práticas que não haviam sido documentadas *in loco*.

O atrito havido por causa de uma lâmina de machado de pedra, que teve as fases de produção por ele filmadas durante uma pesquisa do prof. Loureiro na Serra dos Dourados, deveu-se ao fato, conforme o prof. Loureiro, do Kozák desejar incorporá-la ao seu acervo. Conforme a explicação de Kozák, os Xetá, após o contato, já estavam usando machados e facas de metal e não se podia mais documentar como produziam as lâminas de machado ou como obtinham lascas de pedra. Por sua iniciativa e persistência, alguns índios se dispuseram a demonstrar as técnicas utilizadas. No caso da lâmina de machado, por ser um processo mais demorado, o índio a abandonava freqüentemente, jogando-a no mato. Kozák, recorrendo a agrados, conseguia que o trabalho tivesse continuidade até que fosse concluída e, assim, documentada. Por esse motivo, ele achava que tinha o direito de possuí-la.

O Kozák me relatou, também, que em 1961 durante a pesquisa de campo entre os Xetá, o acampamento dos índios foi visitado pelo geólogo Reinhard Maack, antigo companheiro do prof. Loureiro no Museu Paranaense e na Faculdade de Filosofia. Conforme o comentário aborrecido de Kozák, Maack, de máquina fotográfica e filmadora em punho, documentava as cenas que ele pacientemente organizava com os índios.

Em 1962, Reinhard Maack publicou em Stuttgart, na revista *Kosmos*, o artigo: *Unbekannte Indianer in West-Paraná*, com várias fotos do acampamento e um valioso mapa assinalando o território dos Xetá na margem esquerda do rio Ivaí.

Dos filmes produzidos pelo geólogo, desde a década de 1920, uma parte permanecia sob a guarda de seus familiares; em 1999 estes a ofereceram a quem os preservasse, em troca de uma cópia telecinada.



Figura 10. Embora objeto de seu trabalho antropológico, o índio que repassava o conhecimento tribal era tratado respeitosamente pelo prof. Loureiro. A foto reproduz um momento de descontração no acampamento dos índios Xetá, em 1958. O prof. Loureiro, ao lado do Xetá, mostra-se feliz e sorridente, apesar da infestação de borrachudos e mutucas tão comuns na selva paranaense daquela época (Arquivo do CEPA/UFPR).

O trecho relacionado aos Xetá foi processado por Harry Luhn, para a Rede Paranaense de Comunicação. Uma cópia desse documentário está depositada no CEPA/UFPR.

Viajei diversas vezes com o prof. Loureiro, mas foram percursos curtos, geralmente em direção ao litoral, para os trabalhos do Museu de Paranaguá. Duas foram mais longas, porém, e aconteceram em 1962. A primeira foi para o Rio de Janeiro, quando conheci as dependências do Museu Nacional e revi o prof. Luiz de Castro Faria; no Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ele me apresentou para o dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, o dr. Renato Soeiro e o dr. Alfredo Rusins. Poucos anos depois, voltei ao Palácio da Cultura, na rua da Imprensa. O prof. Loureiro, nessa ocasião, já estava no Rio de Janeiro e havia marcado audiência com o ministro da Educação e Cultura, o prof. Flávio Suplicy de Lacerda, para tratar de pendências relacionadas ao quadro de pessoal do Departamento de Antropologia e do Museu de Paranaguá. Acompanhei-o na audiência, que se revelou frustrante. O saldo positivo foi a contemplação das pinturas de Cândido

Portinari existentes nas paredes da ante-sala do gabinete do ministro. A segunda viagem de 1962 foi para o Rio Grande do Sul. Na extensa pauta de assuntos que seriam tratados, fui incluído em dois: um em Caxias do Sul e outro em Porto Alegre. Conosco viajaram a sra. Gabriela e a Lygia; a minha mulher quis aproveitar a oportunidade para conhecer a terra natal de seu pai. Como se tratava de uma missão oficial, o prof. Loureiro alertou que ambas pagariam as suas despesas.



Figura 11. Para melhor entender a cultura que estudava, o prof. Loureiro acompanhava os índios vivenciando as suas atividades cotidianas. No flagrante, durante as pesquisas realizadas na Serra dos Dourados, em 1958, o prof. Loureiro experimenta o mel retirado pelos Xetá de um tronco de árvore (Arquivo do CEPA/UFPR).

Utilizamos o furgão do Museu Paranaense, dirigido pelo Afonso Pereira, seu motorista favorito. Mais tarde, quando sentiu que não tinha mais condições físicas para dirigir o seu carro particular, um Studebaker preto da década de 30 com placa nº 002, Afonso passou a conduzi-lo de casa para a Universidade. Doou, depois, o Studebaker para o Museu do Automóvel da Cidade.

O furgão do Museu era velho e desconfortável; faltava-lhe, inclusive, um vidro lateral e foi preciso tampar a abertura com papelão. Em momento algum, o prof. Loureiro queixou-se do desconforto do veículo ou da viagem. Muito pelo contrário, sentia-se feliz e conversou

animadamente na maior parte do percurso. Ao entrarmos em Santa Catarina, falou sobre os seus conhecidos de lá, com os quais tinha muitos planos, o mesmo fazendo quando passamos a rodar pelo Rio Grande do Sul.

Fiquei em Caxias do Sul e, com pessoas do seu relacionamento profissional, que eram ligadas a um centro de tradições gaúchas, visitei alguns sítios arqueológicos, inclusive uma habitação subterrânea de origem indígena. Os resultados dessa rápida pesquisa foram publicados em 1963, em um periódico argentino dirigido pelo arqueólogo Osvaldo Menghin.

Nessa parada tive que desfazer um pequeno incidente “diplomático”, pois, o centro de tradições gaúchas, baseado no cronograma estabelecido, havia programado uma típica churrascada, com demonstrações folclóricas. O prof. Loureiro não conseguira se desvencilhar dos seus compromissos em Porto Alegre em tempo e não pôde comparecer.

Na Capital, eu o acompanhei até a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde o prof. Loureiro conversou com o pe. Pedro Ignacio Schmitz, S. J., que estava desenvolvendo estudos arqueológicos. A sua intenção era a de estabelecer um vínculo com o Instituto Anchieta de Pesquisas, fundado em 1956 junto à Sociedade Literária Padre Antônio Vieira. Hoje, o Instituto integra e Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Não sendo possível, por vários fatores, a implantação da Cátedra de Arqueologia Pré-Histórica criada pelo prof. Loureiro em 1953 na Universidade Federal do Paraná, depois de entendimentos com o CNPq e a CAPES, ele estruturou o CEPA para, da mesma forma, possibilitar o ensino de arqueologia e a pesquisa arqueológica. Conforme o Artigo 2º da Portaria de criação, o CEPA deveria incentivar as pesquisas em sítios arqueológicos brasileiros. Quando da organização dos cursos, o prof. Loureiro sempre pleiteava bolsas que poderiam ser destinadas a interessados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e de outros estados, nos quais, através de volumosa correspondência trocada com seus contatos, procurava distribuir. Passou a ter sucesso a partir de 1962, quando, no curso daquele ano, vieram os bolsistas de vários estados, inclusive o pe. Schmitz.

Com a reforma universitária de 1970, foi preciso adequar o CEPA à nova estrutura. Solicitou-se, em 1972, a sua vinculação à Universidade como órgão suplementar. O Museu de Paranaguá já havia sido incluído no novo estatuto como tal, embora a portaria que o elevou a essa categoria fosse baixada em fins de 1972. No entender dos dirigentes caracterizou-se, nesse momento, a duplicidade de funções

na Casa; não poderiam existir dois organismos com as mesmas finalidades. Em 1975 o CEPA foi extinto, mas, na verdade, continuou existindo através do Gabinete de Arqueologia do Departamento de Antropologia. O Museu, como se verificou, apesar dos esforços do prof. Loureiro, não oferecia condições para dar continuidade às atividades do Centro.

Nesse período, que foi muito difícil na vida do prof. Loureiro devido à morte de seu único filho e ao agravamento do seu estado físico, passei a ajudá-lo acumulando a chefia da Divisão de Arqueologia do Museu com as funções que desempenhava em Curitiba. Numerosos sítios relacionados aos grupos ceramistas itararé, tupiguarani e neobrasileiros passaram a ser registrados; sítios pré-ceramistas não ligados aos construtores de sambaquis, também foram encontrados no litoral. Procurei auxiliá-lo nas mostras museológicas e, em algumas ocasiões o substitui na própria direção da Casa.

Em 1973, o curso sobre Técnicas Arqueológicas Aplicáveis a Sítios Pré-Cerâmicos, que fora organizado pelo CEPA, juntamente com a arqueóloga Annete Laming-Emperaire, foi realizado pelo Museu. Editamos os dois volumes dos *Cadernos de Arqueologia* do Museu, em 1976 e 1977, respectivamente. Os conteúdos dos Cadernos haviam sido preparados para serem publicados pelo periódico do CEPA. O segundo volume divulgou relatórios das pioneiras pesquisas feitas, em 1952, pelo arqueólogo iugoslavo Adam Orssich no Sambaqui do Araújo II, em Guaratuba. Orssich havia caído em desgraça por ter constatado indícios de fundo de cabana em camada pré-histórica do sambaqui; naquela época, alguns pesquisadores brasileiros tinham outras concepções funcionais para os sambaquis.

Pesquisas de salvamento arqueológico em áreas atingidas por empreendimentos hidrelétricos eram praticadas pelo CEPA desde a década de 1960, como as que abrangeram o espaço da UHE Xavantes, nos estados de São Paulo e Paraná. Entendimentos com a entidade Itaipu Binacional, para a realização do salvamento arqueológico na área brasileira da UHE Itaipu, já estavam adiantados quando se configurou a extinção do CEPA. Tentativas foram feitas para que o Museu de Paranaguá assumisse, no lugar do CEPA, as pesquisas em Itaipu. Os problemas de ordem estrutural e conjuntural nele existentes, entretanto, inviabilizaram a intenção. Um convênio foi então assinado entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Itaipu Binacional, possibilitando a execução das pesquisas pelo Gabinete de Arqueologia. Um curso de treinamento de pesquisadores para áreas impactadas e outros trabalhos de salvamento sucederam-se nestas

condições, até que, em 1985, o CEPA foi recriado, passando a desenvolvê-las. O Centro é, atualmente, Órgão Auxiliar do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR.

Em 1973 defendi, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, a minha tese de doutorado. Esta foi baseada nas pesquisas que realizara nos vales dos rios Paranapanema e Itararé, entre 1964 e 1965. O prof. Loureiro, juntamente com os professores Egon Schaden, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, João Baptista Borges Pereira e Eurípedes Simões de Paula, deveria compor a banca examinadora.

A sua presença na banca, além de abalizá-la, como os anteriormente citados, representaria a exteriorização do meu reconhecimento pelo incentivo que dele sempre recebi. Na véspera do evento, porém, o quadro clínico do prof. Loureiro sofreu um agravamento, impedindo-o de viajar. Para cumprir a formalidade, os examinadores deveriam, antecipadamente ao exame, declarar que a tese era defensável. Através de telegrama, no dia da defesa, o prof. Loureiro se manifestou favoravelmente, pondo fim a uma espera angustiante para os demais examinadores e o examinando. O prof. Loureiro, que foi substituído pelo prof. Erasmo D'Almeida Magalhães, falou-me depois que manteve até o último instante a intenção de comparecer.

Em vários momentos, a banca fez alusões ao papel que o prof. Loureiro desempenhava na antropologia brasileira tendo, o professor substituído declarado que, no Paraná, “nunca deveríamos deixar cair a bandeira por ele empunhada”.

Creio que se permaneci até hoje na Universidade Federal do Paraná, apesar de todas as limitações nela existentes, foi porque entendi um recado que o prof. Loureiro me transmitiu em determinada ocasião. Convidado para integrar a Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Cândido Rondon, no Rio de Janeiro, conversei com o prof. Loureiro sobre o que me parecera um tentadora oferta. Depois de algumas considerações, ele me alertou com um dos seus costumeiros ditados populares: - **“Pedra que rola não cria limo...”**. Estava cheio de razão. Mesmo em outras ocasiões, quando os convites eram sérios, como o feito pelo dr. Renato Soeiro, para que eu assumisse a Coordenação de Arqueologia do IPHAN, prevaleceu o sábio conselho do mestre. Afinal, sempre havia pesquisas em andamento que não podiam ser interrompidas.

No início deste depoimento foi quantificada a produção do prof. Loureiro publicada em periódicos e anais. Este legado, entretanto, não reflete inteiramente a experiência e o conhecimento que acumulou em sua vida profissional. Quase todas as suas publicações foram

produzidas em função de encontros científicos e culturais. Na verdade, não lhe sobrava tempo para escrever. Encurralado pela diversificação de interesses, não lhe era possível o aprofundamento em vários campos. Mas quem desses campos se ocuparia nesse início, quando as bases estavam sendo lançadas? Quando abraçou a Arqueologia, tentando entender os sambaquis do Paraná com os meios e técnicas que tinha ao seu alcance, concluiu que tais estudos deveriam ser conduzidos por especialistas. Por isso, atraiu arqueólogos estrangeiros, os quais, por sua vez, escavaram sítios e iniciaram a formação de brasileiros. Nunca deixou, porém, de se preocupar com a preservação dos sítios, esforçando-se para a criação de mecanismos que os protegessem.

Na questão indígena, a sua luta maior foi com relação aos Xetá. Movido, inicialmente, pela sensação da descoberta e pela possibilidade do registro e documentação de grupo humano isolado, a sua atenção logo passou a ser canalizada na tentativa de protegê-los contra a destruição do seu *habitat*. No começo, também dentro de suas possibilidades, produziu fontes que ainda são básicas para quem dos Xetá queira tratar. Não pôde detalhar seus estudos, mas criou condições para que alguns especialistas dissesse se encarregassem, como a arqueóloga Annette Laming-Emperaire, o antropólogo Carlos Araújo Moreira Neto, os lingüistas Cestmír Loukotka e Aryon Dall'Igna Rodrigues e, o cinegrafista Vladimír Kozák. Tentou atrair o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, que certamente nos proporcionaria dados sobre o sistema de parentesco e a organização social dos Xetá e, o sertanista Orlando Villas Boas quem, com seu prestígio, talvez pudesse influenciar na inversão do quadro fundiário configurado naquela área, com a efetiva criação do Parque Nacional da Serra dos Dourados, conforme uma ponderação do próprio prof. Loureiro.

O que se evidencia, ao se abordar a trajetória do prof. Loureiro, é a sua constante preocupação em incentivar ou criar bases para que aqueles, como nós, pudessem nelas se apoiar e as desenvolver com menos dificuldades que enfrentou. O prof. Loureiro foi um semeador!